

**PARECER**  
**DO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA LEGISLATIVO Nº 067/2024.**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

**EMENTA: PARECER DESFAVORÁVEL DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL, AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA LEGISLATIVO Nº. 067/2024, DE AUTORIA DA VEREADORA MARIA LUCIA SANTOS ROCHA – QUE DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA DA “DIETA SEM GLÚTEN” NOS HOSPITAIS PARA PACIENTES PORTADORES DE DOENÇA CELÍACA NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA - EM CONSONÂNCIA COM PARECER JURÍDICO EXPEDIDO PELA ASSESSORIA JURÍDICA DESTA CASA LEGISLATIVA, CONFORME DISPOSIÇÃO ART.170 DA CF/88 (CONSTITUIÇÃO FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988); DO ART. 46, V e 74, I, B DA LOM (LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO).**

**PARECER Nº. \_\_\_\_\_**

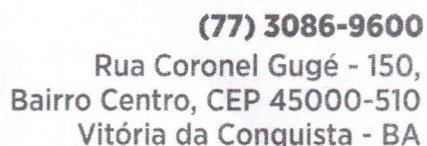
**MATÉRIA : Projeto de Lei Ordinária Legislativo - 067/2024**

**AUTOR: MARIA LUCIA SANTOS ROCHA**

**ASSUNTO: INSTITUI NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA A “DIETA SEM GLÚTEN” NOS HOSPITAIS PARA PACIENTES PORTADORES DE DOENÇA CELÍACA NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA**

**I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei Ordinária Legislativo Nº 067/2024 de autoria do Ilma. Vereadora Maria Lúcia Santos Rocha, que tem por objetivo instituir no Município de Vitória da Conquista a “Dieta sem glúten” nos hospitais para pacientes portadores de doença Celíaca no Município de Vitória da Conquista.





## **PARECER JURÍDICO**

AUTORIA: VEREADORA MARIA LUCIA SANTOS ROCHA

ASSUNTO: INSTITUI NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA A “DIETA SEM GLÚTEN” NOS HOSPITAIS PARA PACIENTES PORTADORES DE DOENÇA CELÍACA NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA

**EMENTA: PROJETO DE LEI ORDINÁRIA LEGISLATIVO Nº 067/2024, INSTITUI NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA A “DIETA SEM GLÚTEN” NOS HOSPITAIS PARA PACIENTES PORTADORES DE DOENÇA CELÍACA NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA. IMPOSSIBILIDADE**

### **I – RELATÓRIO**

Trata-se do Projeto de Lei Ordinária Legislativo Nº 067/2024 de autoria Ilma. Vereadora Maria Lúcia Santos Rocha, objetivando instituir no Município de Vitória da Conquista a “Dieta sem glúten” nos hospitais para pacientes portadores de doença Celíaca no Município de Vitória da Conquista.

O Projeto de Lei Ordinária Legislativo, foi apresentado com a respectiva justificativa, demonstrando os motivos justificadores, e a importância da implementação no Município da Dieta sem Glúten nos hospitais públicos e privados do Município.

### **II- FUDAMENTAÇÃO**

É importante destacar que o exame realizado por esta Assessoria Jurídica, nos termos da sua competência legal, cinge-se unicamente à matéria jurídica envolvida, quanto aos aspectos de constitucionalidade e de legalidade das proposições legislativas, tendo por base os documentos juntados.

Por essa razão, não há, no presente parecer jurídico, qualquer juízo de mérito sobre o tema trazido à apreciação, cuja análise é de exclusiva responsabilidade dos agentes políticos.

Outrossim, é imprescindível ressaltar que a finalidade do parecer é possibilitar que as deliberações da Casa Legislativa se desenvolvam com maior conhecimento do assunto e, em consequência, com maior adequação ao interesse público, possuindo apenas caráter opinativo, isto é, não vinculante.

O Projeto de Lei Ordinária Legislativo, em análise, deve observar para sua tramitação os artigos 170 da CF/88, bem como os artigos 46, V e 74, inciso I, alínea b, da LOM (Lei Orgânica do Município), vejamos:

Da Constituição Federal de 1988:

**“Art. 170.** A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

[...]

**Parágrafo único.** É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei. (Vide Lei nº 13.874, de 2019);

[...]”

Da lei Orgânica do Município:

**“Art. 46 -** Compete, entretanto, privativamente ao Prefeito Municipal a iniciativa das leis que versem sobre:

[...]

V - As demais hipóteses previstas no inciso I do artigo 74.

[...]”

**Art. 74 -** Compete privativamente ao Prefeito, entre outras atribuições:

[...]

b) organização administrativa, matéria tributária e orçamentária;

Cumprida a observação, que a matéria em análise, não adequa-se aos princípios de Competência





(77) 3086-9600  
Rua Coronel Gugé - 150,  
Bairro Centro, CEP 45000-510  
Vitória da Conquista - BA


Legislativa asseguradas ao Parlamentar, vez que compete privativamente ao chefe do Executivo Municipal tal iniciativa de proposição. No que se refere aos ditames insculpidos na Constituição Federal, a iniciativa da Ilma. Vereadora suprime indevidamente a autonomia da iniciativa privada, freindo os princípios insculpidos no artigo 170 da CF/88.

### III - CONCLUSÃO

Por tudo que restou demonstrado, data máxima vênica e contumaz respeito pela proposição legislativa de autoria do Ilma. Vereadora Maria Lúcia Santos Rocha, esta assessoria jurídica RECOMENDA a análise do projeto observando a Competência do Legislativo Municipal para legislar sobre o tema, **opinando desfavoravelmente a tramitação do Projeto de Lei Ordinária Legislativo**, encaminha à proposição para apreciação da Comissão de Justiça, Legislação e Redação Final.

Este é, salvo melhor juízo, o parecer.

Vitória da Conquista – Ba, 23 de setembro de 2024.

  
Leandro Almeida Aguiar  
OAB-BA 22.745  
Procurador Jurídico das Comissões